



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

INFORMAÇÃO
À IMPRENSA

DISCURSO DO MINISTRO SÉRGIO MOTTA
NA SOLENIDADE DE TRANSMISSÃO DE CARGO NO MINISTÉRIO
DAS COMUNICAÇÕES (segunda-feira, 2/1/95)

"Mesmo correndo o risco de ser traído pela emoção, eu prefiro falar de improviso para tentar realmente passar tudo aquilo que vai pelo meu coração. Antes eu queria cumprimentar as autoridades presentes: o ministro Hugo Napoleão, que já foi chefe desta Casa. Todos os senadores, deputados presentes, o meu caro presidente do meu partido, PSDB, deputado Pimenta da Veiga, deputado Luís Henrique, presidente do PMDB, e os meus novos companheiros, presidentes do sistema Telebrás, Telebrásília, Telma, Telemazon, Telesp, Telepará, também o presidente da ECT, Dr. Jorge Jardim, hoje presidente da Telebrás, sr. Alexis Stepanenko, vice-presidente do sistema Telebrás. Queria também aproveitar para prestar homenagem na pessoa do José Alencastro Guimarães, a quem tanto fez pelo setor (inaudível). (Palmas). Queria também fazer menção a minha família. Todos esses anos, sempre me acompanhou. Meu pai (inaudível). Meus filhos (inaudível).

É com extrema emoção, não só eu, mas diversos companheiros nossos (inaudível) enfrenta uma nova jornada. Uma jornada que começou há mais de 30 anos, onde todos esses companheiros sempre estiveram comprometidos na busca de melhores condições de vida do povo brasileiro, das melhorias das condições sociais, econômicas, de uma sociedade mais justa e mais equânime. Eu sempre tenho dito que para entender o governo do presidente Fer-



nando Henrique Cardoso, é preciso entender que chegam com ele ao governo pessoas das mais diferentes vertentes, das mais diferentes formações, mas todas elas que viveram em diferentes etapas as utopias das suas gerações. Essa utopia chega hoje ao governo, e representada hoje fortemente pela figura do presidente Fernando Henrique Cardoso, que ontem no seu discurso no Congresso deixou absolutamente claro quais são os ângulos que ele possui ao assumir o governo da República no Brasil. Na realidade, para entender o que será o governo Fernando Henrique, ele será um governo de eterna reforma, de eterna mudança, tendo como objetivo final sempre o interesse público. Eu sempre digo, que a máxima que vai presidir o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que vai presidir a ação de cada um de nós em seus ministérios, é de quem faz a luta pelo crescimento econômico ao capital, mas realmente quem faz a luta contra a miséria e pelo bem-estar social da população é o Estado. E esse é o compromisso nosso de buscar o Estado necessário para promover um país mais justo, como diz o Presidente: o País hoje é um País desenvolvido, mas ainda profundamente injusto. É nesse quadro que nós entendemos que se insere a nossa tarefa ao assumir o Ministério das Comunicações!" (Pausa - defeito no sistema de som do auditório).

Ministro pergunta ao funcionário do Ministério: - Não está funcionando?... Não está funcionando? O Ministério das Comunicações a gente vê que está precisando de reformas pelo próprio sistema de comunicações do auditório. Espero que ela comece hoje. (Sorrisos da platéia).

"Para nós entendermos o nosso papel no Ministério das Comunicações ao assumirmos está inserido dentro dessa visão. Nós estamos vivendo uma etapa de um país extremamente favorá-



vel, onde há as condições para ele dá um novo salto, numa nova etapa de desenvolvimento, estão praticamente começando a se realizar. Nós temos um programa de estabilização em fase de consolidação. Ainda nas suas etapas preliminares, mas que caminha seguramente para o sucesso. Temos uma situação na economia extremamente confortável, que vai exigir ainda muito sacrifício, mas que aponta para estabilização. O eixo central da política do presidente Fernando Henrique é a estabilização do país, já que o povo votou em estabilização. O povo não votou nada além do que na estabilização. Então, esse é o compromisso primeiro. Agora, não há dúvida que com a estabilização se prolongando, se abre a perspectiva agora de um novo país, um novo projeto de desenvolvimento. O programa de estabilização não é um fim em si mesmo. Ele existe em função da possibilidade de se criar um novo projeto de desenvolvimento para o país. Uma nova organização na educação, na saúde, uma nova organização da estrutura energética, dos transportes. Isso é fundamental para nós construirmos um projeto de um país novo, de uma nova etapa de crescimento, de riquezas. Para que isso aconteça, vocês todos que são do setor, sabem que só ocorrerá, se houver, um profundo avanço no setor de telecomunicações. Isso é uma relação de causa e efeito. Nós não teremos desenvolvimento sem o setor de telecomunicações mais avançado e vice-versa.

"Hoje, o que nós assistimos no setor, eu não estou querendo fazer um histórico detalhado porque aqui tem pessoas que conhecem a fundo mais do que eu, o setor conseguiu pela mobilização da inteligência nacional, pela clarividência dos diversos dirigentes, depois de uma etapa na década de 60, que era uma verdadeira tragédia a situação das comunicações no Brasil. Com a criação da Embratel, do sistema Telebrás, do Código Brasileiro de Telecomunicações, atingiu profundo desenvolvimento e com algumas áreas de exce-



lências. Nós temos hoje no Brasil alguns setores da área de comunicações, até mais avançados do que países mais avançados do mundo. Entretanto, nós vivemos a tragédia da década de 80. A década de 80, eu acredito que trouxe para o setor três tragédias: a tragédia da falta de recursos, do fundo de telecomunicações, a tragédia profunda da extrema politização do setor, onde o setor passou a ser instrumento às vezes só de ação política, quando o setor tem de ser instrumento de promoção do desenvolvimento nacional. E a terceira tragédia é a falta de coordenação do sistema Telebrás. É o objetivo do governo Fernando Henrique recompor o trabalho coordenado do sistema Telebrás, sob o comando do Ministério das Comunicações, e sob o comando da Telebrás. Nós não queremos mais assistir, aliás isso é uma característica do governo Fernando Henrique, ele tem um programa de governo, vai ter uma coordenação de programa de governo, exercida aqui pelo meu companheiro de Ministério, ministro Clóvis Carvalho. Ele terá metas definidas, em função do interesse público. E no setor nós queremos que restaure o poder de coordenação do Ministério, da Telebrás, e de todas suas afiliadas. Não queremos mais ver empresas se debatendo ou disputando inovações tecnológicas. Nós não queremos mais ver empresas disputando às vezes investimentos físicos, competitivos entre elas. Nós queremos ver em papel integralmente integradas no sistema Telebrás, do qual ela faz parte. A posse do sistema Telebrás é da União. Sendo da União é do povo brasileiro, e é em função do povo brasileiro que o sistema deve existir. Eu acredito que nós vamos atingir esses objetivos facilmente. Ainda hoje nós temos no setor uma inteligência, uma formação profissional extremamente desenvolvida. Eu sei que vou trabalhar numa área (eu sou engenheiro de formação, trabalho (inaudível) empresa de projetos), eu confio muito na capacidade do técnico nacional. E eu já tenho tido dentro



dessas poucas semanas uma capacidade dos técnicos que se formaram no sistema da Telebrás. A capacidade do CPqd de Campinas está a um nível de qualquer centro de excelência do mundo. E é isso que nós vamos preservar, ampliar e fortalecer. Para isso, sem querer avançar num programa, eu acho que nós temos cinco diretrizes gerais, e queremos implementá-las com a colaboração de todas as casas e de todas as empresas do sistema Telebrás.

"A primeira, nós temos que fazer um programa de investimentos homogenizado para o setor (que não se vai inventar nada, as alternativas estão todas estudadas). Nós vamos usar (inaudível) de investimento adequado para o país. E esse programa de investimento será absolutamente seguido por todo sistema. Pela Telebrás coordenando. Pela ECT (inaudível). E por todas as empresas, pela Embratel e por todas as teles. O não afinamento com a política de investimentos aprovado pelo presidente da República, significará um afastamento desse pessoal do setor. Nós preferimos que elas se afastem se elas realmente não estiverem engajadas no objetivo comum, que é um programa de investimento de recuperação de modernização dos setores que forem competentes, para nós enfrentarmos o que assistimos hoje, uma demanda reprimida na área da telefonia convencional, que vai nos exigir talvez um desafio (inaudível) implantar oito milhões de terminais telefônicos em quatro anos. Uma demanda reprimida na área de telefonia rural, uma demanda reprimida na área de telefonia celular, que é uma tragédia, que é uma vergonha o tipo de serviço que nós estamos prestando no setor. E hoje com o desenvolvimento tecnológico, com a disponibilidade da fibra ótica, das infovias, nós, o Brasil se articulando com o resto do mundo. Isso permite uma multiplicidade de uso, quando o Estado tem de atuar fortemente para controlar o uso dessas vias, para que democraticamente delas façam uso



todos o grupo privados interessados.

"Segundo aspecto: mudar a política de profissionalização do setor. Isso começará com a composição das diretorias de todas as empresas. Nós queremos profissionais competentes, formados no setor, operando o sistema. As soluções de ordem política, quando forem necessárias, têm de ser largamente compensadas pela solução profissional, para que as empresas não fujam dos seus objetivos.

"Terceiro aspecto: nós temos que repensar o modelo institucional do setor, num debate. Esse modelo institucional nós vamos fazer com calma. Nós temos opiniões radicais, que vão desde modificar o sistema até regionalizar. Isso será feito no decorrer do ano. Entretanto, eu queria colocar, primeiro, nós não vamos ficar presos só aos limites constitucionais. Vamos lembrar, aliás que esse monopólio só existe de 88 para cá. Ele não existia até 88. Poucas pessoas às vezes se recordam. Ele era monopólio de fato, não de direito. Foi estabelecido por uma frase inadequada ao nível de desenvolvimento tecnológico que o país tem hoje. (Inaudível) monopólio por satélite, telefonia celular era uma coisa profundamente inadequada. Mas, o que nós pretendemos é mesmo dentro dos limites constitucionais avançar no que for possível nas parcerias. Mas, não na parceria inadequada, onde só se vai apenas buscar só o capital do empresário privado, nós queremos do empresário privado a sua capacidade de gestão, para a melhoria da produtividade. Nós não queremos só uma solução falsa. Nós queremos uma solução real para as parcerias. E nós vamos buscá-las, dentro dos limites constitucionais e brigar com a Constituição para que retire o que é um atraso o que foi aprovado de 88 para cá. O que eu estou dizendo não significa afastar o Estado do poder controlador, do poder fiscalizador. Como eu expliquei há



pouco, as infovias são vias que deverão ser regulamentadas pelo Estado, para que democraticamente elas sejam usadas por todos. Então, o modelo institucional é uma área que eu vou investir fortemente.

"A quarta área, pode ser meio polêmica, mas ela não é polêmica nos Estados Unidos, ela não é polêmica em diversos países da Europa. Ela não é polêmica em estados avançados, democraticamente avançados. É nós estabelecermos um amplo debate na sociedade, com a participação de todos os empresários, da sociedade civil, para estabelecer normas gerais de uso dos meios de telecomunicações, porque os meios de telecomunicações é um bem de toda a sociedade e deverá ser usado em função do interesse coletivo dessa sociedade. Isso será feito com calma, com tranquilidade, ouvindo todos e sem tentar atingir ninguém. Eu acho que todos nós já temos competência para empresariar uma área, para que possamos utilizar as experiências como os modelos dos Estados Unidos e países da Europa.

"Quinta parte e última: é proposta nova, do presidente da República. Nós queremos aliar a um profundo programa de investimentos, que nós vamos buscar recursos que não serão só públicos obviamente, têm de ser privados, provavelmente um volume de investimento (inaudível) mais do que o modelo que tem sido feito. Nós temos, aliás, para esses investimentos, um pacto ético no setor. Este pacto ético, nós vamos fazer com todas as empresas, com todos os profissionais que participam do setor. É um pacto ético onde o único interesse final, de cada investimento, de cada concorrência será a transparência e o interesse público. Só esse será o interesse que deverá ser considerado. Isso posto, eu queria fazer uma convocação para todos. Isto é uma tarefa do governo Fernando Henrique, essa tarefa de reforma que deveremos fazer por orientação expressa do presidente Fernando Henrique Cardoso. É a mesma tarefa que vamos ter na



área de energia, em todos os outros setores do país. É uma tarefa de busca de interesse público, é uma tarefa de otimização dos recursos públicos, que serão sagrados e devem ser preservados para que sejam devolvidos à população em prestações de serviços adequados. Qualquer uso indevido é uma vergonha nacional." (Palmas)

Brasília, 02.01.95

Assessoria de Imprensa do MC

(EAM)